

ILUSTRÍSSIMO SENHOR, PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA

Ref. Impugnação ao Recurso Administrativo interposto pela
empresa CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA

Objeto: **TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2023** - Contratação de
Empresa(s) Especializada(s) para execução das obras e serviços
de implantação da rede coletora de esgotamento sanitário a ser
implantada em Ruas do Bairro Morada do Sol, objetivando a
implantação de infraestrutura e posterior recapeamento da via
ora deteriorada, localizadas no perímetro urbano do município
de Herval d'Oeste -SC; incluindo o fornecimento de Material e
Mão de Obra, em regime de empreitada por preço unitário dos
serviços descritos nos memoriais descritivos planilhas
orçamentárias e projetos

A empresa **SRV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA**, pessoa jurídica de direito
privado, inscrita no CNPJ sob o nº 22.797.458/0001-56, localizada na Rua das
Araucárias, nº 111, Cidade de Concórdia/SC, CEP 89710-052, telefone (49) 3442-6452 /
(49) 98805-0683, e-mail srv@srvengenharia.com.br andre@srvengenharia.com.br
representado por seu Sócio Administrador/Engenheiro Civil, Senhor André Luiz Simon,
CPF nº 062.232.139-05 que ao final subscreve, com fulcro no §3º, do Art. 109, da Lei
Federal nº 8.666 de 21 de julho de 1996, vem a presença do Ilustríssimo Senhor
Presidente da Comissão da Licitações do Município de Herval d'Oeste/SC, interpor a
presente:

**IMPUGNAÇÃO AO RECURSO ADMINISTRATIVO INTERPOSTO PELA EMPRESA
CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA**

Com preliminar pedido de assegurar a decisão da Comissão Permanente de
Licitações, pelos fatos e mediante razões de direito expostas a seguir, requerendo a
manutenção integral da decisão recorrida, bem como o seguimento das inclusas razões,
afim de que sejam apreciadas pelo Ilmo. Senhor Prefeito Municipal, na qualidade de
Autoridade Superior Competente, a quem ora é requerida a confirmação do julgamento
sob análise.

I - DA TEMPESTIVIDADE

Inicialmente, cumpre destacar a tempestividade desta impugnação, tendo em vista que o prazo processual é de 5 (cinco) dias uteis de que dispõe a impugnante para apresentar a presente impugnação ao recurso administrativos sendo seu início no dia 24/01/2023 (terça-feira), quando esta empresa licitante foi notificada da interposição de recurso pela empresa Construções Herval LTDA, permanecendo, portanto, integro até o dia 31/01/2023 (terça-feira), conforme o disposto no Artigo 109, inciso I, § 3º e parágrafo único do Artigo 110, ambos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Desta Forma, é TEMPESTIVA a presente impugnação ao recurso interposto pela empresa recorrente, sendo apresentado a seguir no arrazoado as razões de sua irrisignação.

II - DO RECURSO INTERPOSTO PELA LICITANTE CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA:

No Recurso Administrativo protocolado pela licitante Construções Herval LTDA, em suma, sustenta que esta empresa impugnante deixou de cumprir os itens 8.1.2.1 (Capacitação Técnica Operacional) e 8.1.2.3 (Capacitação Técnica Profissional).

Pois bem! **Totalmente desprovidos os argumentos ventilados pela Recorrente** em apertado recurso, eis que, como restará plenamente comprovado, a inabilitação da impugnante não encontra fundamento junto ao ordenado jurídico que traça as normas e regras vinculadas a Lei 8.666/1993, conforme passamos a demonstrar:

III - PRINCÍPIOS QUE REGEM O PROCESSO DE LICITAÇÃO

Os princípios que regem o processo de licitação, que a seguir serão expostos, devem ser muito bem analisados, para que não ocorra nenhuma injustiça na análise desta peça.

Princípio da Segurança Jurídica

O Princípio da Segurança Jurídica *“Também pode ser nominado como o da estabilidade das relações jurídicas, e tem mira garantir certa perpetuidade nas relações jurídicas estabelecidas com ou pela Administração”*. (ROSA, Márcio Fernando Elias. Direito Administrativo. 9. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 24)

De modo que a Administração Pública deve fazer cumprir o ordenamento jurídico e não pode autorizar a infringência as normas e princípios.

Princípio da Moralidade

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 consagrou o Princípio da Moralidade em seu artigo 37, que passa a ter tido como obrigatório, para que a atuação ética do Administrador fique demonstrada pela exposição dos motivos do ato e para garantir o próprio acesso ao Judiciário, como também descrito no Artigo 2º da Lei nº 9.784/99:

Art. 2º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

I - Atuação conforme a lei e o Direito; (...)

VI - Adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público;

VII - indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão;

VIII - observância das formalidades essenciais à garantia dos direitos dos administrados;

Art. 50º Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando:

I - Neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses;

II - Imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções;

A inobservância da Legislação no cumprimento de atos administrativos importa na responsabilidade do Administrador:

Por fim, diga-se que a imoralidade administrativa qualificada é a que configura o ato de improbidade administrativa, e não apenas o imoral. A probidade administrativa está relacionada ao princípio da moralidade. (...). Tanto assim que se pune com maior rigor a imoralidade qualificada pela improbidade (CF, art. 37§ 4º). A boa-fé, a lealdade, a razoabilidade e a proporcionalidade são princípios gerais que ditam o conteúdo do princípio da moralidade administrativa e a sua violação pode ser identificada, por exemplo, pela infringência dos requisitos da finalidade, do motivo ou do objeto do administrativo. (ROSA, Márcio Fernando Elias. Direito Administrativo. 9. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 15)

Desse modo, o Princípio da Moralidade visa à correta aplicação do ordenamento jurídico brasileiro.

Princípio da Ampla Concorrência - Supremacia do Interesse Público.

Inicialmente *“as licitações têm como finalidade a busca pela proposta mais vantajosa ao poder público, bem como garantir a isonomia das contratações públicas. Desta forma, qualquer pessoa que tenha interesse e cumpra os requisitos da lei, pode contratar com o poder público, deste que seja vencedor do certame. (CARVALHO, Matheus. Direito Administrativo. Complexo Editorial Renata Saraiva. 2011, p. 125)*

“Logo, se o processo é utilizado justamente para resguardar o interesse público e o resultado vislumbrado se volta contra esse objetivo, o seu prosseguimento é prejudicial a sociedade” (TJ-SC - AC: 298465 SC 2008.29846-5, Relator: Luiz César Medeiros, Data do Julgamento: 13/04/2009, Terceira Câmara de Direito Público, data de publicação: Apelação Cível n, de São João Batista).

Por tanto, conforme prevê o art. 3º da Lei de Licitações, o objetivo do procedimento licitatório é a obtenção da proposta mais vantajosa:

Art. 3o A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Além do mais, para obter a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, necessário se faz a aplicação do Princípio da Ampla Concorrência, visando à participação do maior número de empresas com aptidão para realizar a obra.

No procedimento licitatório deve-se interpretar a Lei e o Edital como veiculando “exigências instrumentais”, assim ensina o doutrinador Marçal Justen Filho:

“É dizer, o certame não se presta a verificar a habilidade dos envolvidos em conduzir-se de modo mais conforme ao texto da lei, mas sim, a bem da verdade, a verificar se o licitante cumpre os requisitos de idoneidade e se sua proposta é satisfatória e vantajosa para a Administração”. JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 11. ed. São Paulo: Dialética, 2005, p. 60

Não pode o órgão licitante, proceder com excesso de formalismo, sob pena, de inviabilizar a competição do certame, pois se assim proceder, está reduzindo a mingua a possibilidade de contratação da proposta mais vantajosa e econômica a administração.

Senhores(as) julgadores(as)! Estamos diante de uma situação concreta em que licitantes DISTINTAS e CONCORRENTES participam de um mesmo certame licitatório, onde a r. Comissão de Licitação declarou HABILITADA a empresa impugnante por apresentar a documentação suficiente e correta para sua habilitação no procedimento licitatório, em justo e acertado julgamento.

Evidentemente não poderíamos esperar decisão diferente por parte da r. Comissão que, em atendimento as regras do Edital, bem como os princípios que norteiam a Administração Pública, habilitou concisamente a empresa impugnante.

Insatisfeita, a Recorrente postulou peça recursiva qual aduz questões incomunicáveis com o processo licitatório e a própria Lei Federal. Em sua tese de defesa, a Recorrente tenta induzir esta r. Comissão a erro, alegando conjunturas que destoam da realidade fática e, na melhor forma de direito.

IV – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Conforme solicitado nos subitens 8.1.2.1. Capacitação Técnica – Operacional e 8.1.2.3 Capacitação Técnico-Profissional, é requerido às licitantes a comprovação de ter executado obra com as mesmas características do objeto licitado, sendo o objeto da licitação: Contratação de Empresa(s) Especializada(s) para execução das obras e serviços de **implantação da rede coletora de esgotamento sanitário** a ser implantada em Ruas do Bairro Morada do Sol (...). (sem grifo no original).

Saliente-se que essa experiência prévia não precisa ser idêntica à do objeto que se pretende licitar, conforme leciona Marçal Justen Filho:

*“Em primeiro lugar, **não há cabimento em impor a exigência de que o sujeito tenha executado no passado obra ou serviço exatamente idêntico ao objeto da licitação.** Parece evidente que o sujeito que executou obra ou serviço exatamente idêntico preenche os requisitos para disputar o certame e deve ser habilitado. Mas também se deve reconhecer que a idoneidade para executar o objeto licitado pode ser evidenciada por meio da execução de obras ou serviços similares, ainda que não idênticos. Em outras palavras, a*

Administração não pode exigir que o sujeito comprove experiência anterior na execução de um objeto exatamente idêntico àquele licitado – a não ser que exista alguma justificativa lógica, técnica ou científica que dê respaldo a tanto". JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 14. ed. São Paulo

Conforme documentos apresentados para nossa habilitação no presente procedimento licitatório, apensamos os Atestados de Capacidade Técnica registrados junto ao CREA/SC, onde demonstram a execução de serviços compatíveis com o objeto da licitação, vejamos:

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.158.105/0001-09, situado na Rua Caetano Carlos, nº 466, Campos Novos/SC, CEP 89620-000, ATESTA para os devidos fins que a empresa SRV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 22.797.458/0001-56, com registro no CREA SC nº 136011-4, tendo por responsável técnico o Engº André Luiz Simon, CREA SC nº 133222-6, ART 7112606-1, executou obra de ETE - Estação de Tratamento de Esgoto, no Condomínio Nossa Senhora das Dores, em Campos Novos, no período de 16/07/2019 a 20/09/2019, decorrente da licitação Tomada de Preços nº CNO 02/2019, compreendendo 1 (um) Tanque Séptico e 2 (dois) filtros anaeróbios, incluindo portal de entrada, cercamento, desarenador e rede de disposição final, conforme quantitativos a seguir:

No Atestado acima informado é demonstrado a execução de REDE DE ESGOTO, que demonstra que a empresa SRV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA, executou objeto semelhante ao licitado, vejamos:

Execução Tanque Séptico com 43,20 m³

Execução filtro com 34,36 m³

Execução rede de esgoto com 220 m

- tubo de PVC DN 150 JEI para esgoto

Demonstra também, nos demais Atestados de Capacidade Técnica ter executado serviços de pavimentação asfáltica, serviços de drenagem pluvial, aterro e reaterro, execução de pavimentação de calçadas em concreto, ou seja, demonstrou possuir aptidão técnica operacional e profissional suficiente para a execução do objeto licitado.

Devemos salientar que esta empresa impugnante e a recorrente, participaram da licitação Tomada de Preços nº35/2022, cujo objeto é: *Contratação de Empresa Especializada para execução das obras e serviços de implantação da rede coletora de esgotamento sanitário a ser implantada no bairro Morada do Sol*, sendo a empresa SRV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA lograda vencedora do procedimento licitatório.

Naquela oportunidade, a empresa Construções Herval LTDA, acatou a decisão da Comissão de Licitações quanto aos atestados técnicos apresentados, sendo os objetos das duas licitações semelhantes.

Esta empresa impugnante está executando as obras conforme o contrato administrativo nº 116/2022, sendo que, os serviços executados são de complexidade superior aos serviços previstos na Tomada de Preços 01/2023, a qual é almejada a nossa habilitação.

Portanto, devemos novamente destacar, que para a qualificação técnica operacional e qualificação técnica profissional, a documentação apresentada supre integralmente ao solicitado no Edital e a Nobre Comissão de Licitações agiu de forma clara ao HABILITAR esta empresa impugnante.

Devemos reproduzir os ensinamentos do saudoso Hely Lopes Meirelles em relação a temática:

*‘A desconformidade ensejadora da desclassificação da proposta deve ser substancial e lesiva à Administração ou aos outros licitantes, pois um simples lapso de redação, ou falha inócua na interpretação do edital, não deve propiciar a rejeição sumária da oferta. Aplica-se, aqui, a regra universal do **utile per inutile non vitiatur**, que o Direito Frances resumiu no **pas de nullité sans grief**. Melhor que se aprecie uma proposta sofrível na apresentação, mas vantajosa no conteúdo, do que desclassificá-la por um rigorismo formal e inconstitucional com o caráter competitivo da licitação’ (cf. Licitação e Contrato Administrativo, 11ª ed., Malheiros, 1997, p.124)*

V - DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que é de direito da impugnante em ter sua documentação habilitada, por ter apresentado toda a documentação referente à Qualificação Técnica.

Considerando que não existem quaisquer justificativas plausíveis, ou de amparo técnico legal, para excluir a impugnante do certame, há não ser o formalismo exacerbado, o que seria totalmente incompatível com a finalidade que se destina a licitação.

VI - DOS REQUERIMENTOS

Pelo exposto acima requer o recebimento e provimento da presente Impugnação ao Recurso Administrativo protocolado pela licitante Construções Herval LTDA, na forma da Lei, para SUCESSIVAMENTE:

1. Receber esta impugnação como tempestiva já que o prazo final para a interposição finda em 31 de janeiro de 2023.
2. Considerar a decisão da Comissão de Licitações em HABILITAR a empresa SRV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA, já que a mesma apresentou toda a documentação exigida no Edital.
3. Declarar o INDEFERIMENTO do Recurso Administrativo proposto pela empresa Construções Herval LTDA
4. Requer ainda, que a decisão seja comunicada a empresa Recorrente, para fins de contagem do prazo administrativo, para eventual pedido de reconsideração, ou ainda, interposição de medida judicial, sob pena de cerceamento de direito e ampla defesa.
5. Caso não seja esse o entendimento dessa Comissão, que as razões dessa peça sejam remetidas a análise da autoridade superior competente para julgamento definitivo.

Por fim, protesta provar o legado por todos os meios de prova em direito admitidas, sem prejuízo de outros que se fizerem necessárias para a comprovação do integral cumprimento do edital pela empresa ora Recorrente.

Nestes termos

Pede-se deferimento

Respeitosamente

ANDRÉ LUIZ SIMON
CPF nº 062.232.139-05
Sócio Administrador
Engenheiro Civil